

Populismo, neoliberalismo ou grande acordo nacional?

LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA*

A proposta de FHC não é neoliberal, como afirmam os defensores de um radicalismo nacional desenvolvimentista e corporativista que tem sua contrapartida no radicalismo oposto dos verdadeiros neoliberais.

A esquerda tradicional, que ainda confunde os interesses dos trabalhadores com os da burocracia e dos intelectuais, insiste em acusar a candidatura Fernando Henrique de *neoliberal*. Esse tipo de crítica é duplamente incompetente. Primeiro, porque, eleitoralmente, é vazia de sentido, já que os eleitores não sabem o que seja neoliberalismo. Segundo, porque intelectualmente é reducionista, revelando, afinal, que os próprios críticos também não sabem do que estão falando. Na verdade, essa posição expressa um radicalismo nacional-desenvolvimentista e corporativista que tem sua contrapartida no radicalismo oposto dos verdadeiros neoliberais. Enquanto para os primeiros tudo o que não for nacional-desenvolvimentista é neoliberal ou elitista, para os últimos, tudo que não for neoliberal é populista ou corporativista.

A proposta social-democrática brasileira consiste em escapar desse maniqueísmo, e afirmar a possibilidade de uma síntese positiva entre a visão da esquerda moderada, identificada com a afirmação do papel estratégico do Estado na promoção do desenvolvimento e da distribuição de renda, e a crítica neoliberal aos excessos da intervenção do Estado na economia. Esta é uma proposta social-democrática

porque afirma o papel ativo do Estado não apenas nas áreas sociais, mas também nos investimentos na infra-estrutura econômica e na política industrial e tecnológica. É uma proposta pragmática porque além de buscar inspiração na social-democracia européia, apóia-se também na experiência do Leste asiático, que combina a disciplina fiscal e a orientação para os mercados externos com uma decisiva intervenção do Estado na promoção do desenvolvimento. É uma proposta moderna, porque afirma a primazia do mercado, porque aceita a crítica neoliberal de que o Estado foi vítima de toda sorte de *rent-seeking*, ou a crítica correspondente da esquerda de que o Estado foi privatizado pelos interesses de burocratas e capitalistas. E finalmente uma proposta construtiva, à medida que acredita e já percebe a formação de um grande acordo nacional em torno do desenvolvimento.

Neoliberalismo e Consenso de Washington

As palavras, em política, entram e saem na moda. Neoliberalismo é uma palavra que entrou na moda e passou a ser usada e abusada pela esquerda burocrática. E nesta campanha neoliberalismo foi

* Luiz Carlos Bresser Pereira é economista e ex-ministro da Fazenda.

A crise da América Latina não teve causas apenas internas

identificado com uma outra expressão que também tornou-ser moda nos últimos tempos: *Consenso de Washington*. Logo após ter esse consenso sido definido, em Washington, em 1989, por John Williamson, em uma conferência internacional realizada em Washington (ver o livro por ele organizado, que reproduz essa conferência, *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?* Washington, Institute of International Economics, 1990,

toimei conhecimento do mesmo e fui provavelmente o primeiro a criticá-lo no Brasil (foi minha aula-magna na Associação Nacional de Pós-Graduação, em Brasília, dezembro de 1990, publicada em meu livro *A Crise do Estado*).

Já nesse primeiro trabalho, entretanto, não me opunha à maioria das propostas específicas de política econômica que constituíram o consenso, na medida em que eram simplesmente propostas de bom-senso. Não podia, naturalmente, me opor à disciplina fiscal, a uma política cambial realista, à abertura comercial, à privatização, à desregulação, porque essas eram políticas econômicas necessárias para a reforma do Estado, a superação da crise e a retomada do desenvolvimento. Eram todas medidas de bom-senso econômico, respondendo à necessidade de se reformar o Estado.

Minha crítica não era à política, mas ao diagnóstico que estava por detrás delas, e à sugestão mais geral de política econômica que estava implícita. Segundo o diagnóstico do consenso, a crise da América Latina teria causas exclusivas ou principalmente internas: o populismo econômico ou indisciplinada fiscal e o excessivo crescimento do Estado. O endividamento externo – a outra grande causa da crise – era ignorado ou minimizado. Desta forma negava-se a co-responsabilidade dos credores, e afirmava-se a tranqüila possibilidade de pagamento dos devedores nos termos ainda muito rigorosos do Plano Brady. Por outro lado, a sugestão de política implícita no Consenso de Washington era a de que a solução para o problema estaria essen-

cialmente em caminhar para o objetivo do Estado mínimo dos neoliberais, deixando a coordenação da economia exclusivamente para o mercado. O Estado deveria voltar às suas funções clássicas de garantidor dos direitos de propriedade e dos contratos, e, em uma concessão não-neoliberal mas pragmática do próprio consenso, aos gastos com educação, saúde e infra-estrutura.

Hoje, cinco anos depois, o Consenso de Washington ou o neoliberalismo conservador é uma ideologia em franca retirada no Primeiro Mundo. Em Washington, desde que o presidente Bill Clinton foi eleito, começou a ser abandonado pelas agências multilaterais. No Leste europeu o triunfalismo neoliberal é coisa definitivamente do passado, enquanto se buscam soluções social-democráticas e pragmáticas, do mesmo tipo que existem na Europa Ocidental e no Japão. No Brasil, o neoliberalismo nunca foi dominante. Nem mesmo no tempo de Collor, que não agiu como um neoliberal. Ele mudou a agenda do Brasil na direção correta, promovendo o ajuste fiscal, a liberalização comercial e a privatização – reformas que eram estritamente necessárias para a superação da crise do Estado brasileiro – mas, jamais pretendeu caminhar na direção do Estado mínimo e sempre afirmou o papel decisivo do Estado na política industrial e tecnológica. O fracasso de Collor não se deveu ao seu pretendido neoliberalismo, mas, em um primeiro momento, à incompetência dos formuladores de sua política econômica, que não souberam atacar adequadamente as causas inerciais da inflação, e, afinal, devido à corrupção desbragada que tomou conta de seu governo.

Ser neoliberal não é estar a favor de disciplina econômica e de reformas orientadas para o mercado, mas acreditar que o mercado possa ser o único coordenador da economia. O verdadeiro neoliberalismo é contra qualquer intervenção do Estado da economia. É contra política industrial e tecnológica, e até mesmo contra política social. O Brasil jamais se deixou levar por semelhante dogmatismo de direita, mas não pode também continuar vítima de um nacional-populismo

tacanho e arcaico, que quer condenar o Brasil ao atraso.

Crise e reconstrução do Estado

A causa fundamental da crise brasileira é a crise do Estado. É o fato de o Estado, que era o grande agente do desenvolvimento, ter-se transformado em um obstáculo ao mesmo. Obstáculo porque falhou, perdeu crédito, e deixou a inflação explodir. Obstáculo porque sua forma de intervenção – a substituição de importações – esgotou-se como estratégia de desenvolvimento. Por isso a perspectiva social-democrática e pragmática, que a candidatura Fernando Henrique representa, tem como principal objetivo reconstruir o Estado. Reconstruir suas finanças, recuperar sua burocracia, redefinir suas estratégias de intervenção, que serão complementares ao mercado ao invés de substitutivas dele. Nesta estratégia não há nada de neoliberalismo, não há nada do Consenso de Washington, que foi definido tardiamente, em 1989, quando a onda neoliberal e conservadora já estava perdendo força.

Dentro desse quadro, não tem também o menor sentido identificar o Plano Real com o Consenso de Washington. Este foi representado pelas políticas de estabilização incompetentes adotadas pelo Brasil no governo Collor com o apoio informal do Fundo Monetário Internacional em 1990 (Plano Collor I e Plano Eris) e com apoio formal da mesma instituição em 1992 (Plano Marcílio). O Plano Real está baseado em uma teoria neoestruturalista da inércia inflacionária, que Washington jamais teve capacidade de pensar. Foi desenvolvido por economistas brasileiros, particularmente por Pérsio Arida e André Lara Resende, a partir da teoria da inflação inercial e da idéia de que as defasagens nos aumentos de preços, que caracterizam esse tipo de inflação alta e crônica, podem ser neutralizadas, através da introdução de uma segunda moeda ou de um índice-moeda, como afinal foi feito com a URV. As inflações altas, como as hiperinflações, só

podem ser eliminadas através de um choque, abruptamente. No caso da inércia, entretanto, o choque promove desequilíbrios dos preços relativos que trarão de volta a inflação. Daí a idéia dos congelamentos com tabelas de conversão, ou então a idéia original e brilhante de um índice-moeda para resolver o problema.

O Plano Real, portanto, na sua parte essencial que é a de neutralização da inércia, nada tem a ver com o Consenso de Washington de 1989. Tem, porém, muito a ver com a estratégia de reconstrução do Estado. Se a causa fundamental da crise brasileira é uma crise do Estado, é essencial reformá-lo e reconstruí-lo. Esta tarefa vinha sendo feita no Brasil pelo menos desde 1987, após o fracasso do populismo que dominou a implementação do Plano Cruzado. Muitas reformas foram a partir de então introduzidas: no plano macroeconômico, o equilíbrio do balanço de pagamentos, um amplo, embora incompleto, ajuste fiscal, a liberalização comercial; no plano microeconômico, a privatização também incompleta mas significativa e a reestruturação das empresas brasileiras. Estas reformas, entretanto, não eram percebidas pela maioria dos analistas brasileiros e estrangeiros, porque, de um lado, a alta inflação mantinha a taxa de juros em níveis elevadíssimos e inviabilizava a retomada do desenvolvimento; de outro, porque cegava a todos sobre a importância das reformas que haviam sido feitas.

Cegava a direita e os estrangeiros, que afirmavam equivocadamente que "o Brasil era o país atrasado da América Latina", ou que era o único país na América Latina que não havia realizado as reformas". Cegava a esquerda do PT, que insistia em uma mensagem exclusiva e radicalmente crítica do Brasil. Não cego, entretanto, o PSDB, muito menos seu candidato à presidência, que, desde que assumiu o Ministério da Fazenda, passou a insistir na idéia de que muito havia sido feito no Brasil durante a crise econômica, que profundas reformas econômicas haviam sido realiza-

**O
pensamento
neoliberal
está em
franca
retirada nos
países ricos**

das, que as condições para a estabilização haviam melhorado muito no país graças não apenas no plano econômico, devido às reformas realizadas, mas também no plano político, na medida em que a população agora apoiava com muito mais força políticas racionais, antipopulistas.

Acordo nacional

Dessa forma, no momento em que tudo indica que a estabilização foi alcançada através do Plano Real, começou a se formar um grande acordo nacional em torno da candidatura Fernando Henrique, tornando-se claro que esta, como mais de 40% das intenções de voto, deixou de ser a proposta de um partido ou de uma coligação de partidos, para se transformar na

expressão de um grande acordo nacional. Um grande acordo social-democrático e pragmático em torno de algumas idéias-chave: a estabilização dos preços, a retomada do desenvolvimento e a criação de empregos, o papel coordenador do mercado, a garantia da propriedade e dos contratos para viabilizar a ação empresarial, a prioridade da distribuição de renda, a necessidade

de da reconstrução do Estado e seu papel decisivo na promoção da saúde e da educação.

Este resultado não é surpreendente. Em maio, logo após o lançamento da candidatura de Fernando Henrique, escrevi na *Folha de São Paulo* (1/5/94): "Três semanas depois que deixou o Ministério da Fazenda, já é possível ver sua candidatura sob um novo ângulo, na medida em que Fernando Henrique começa a personificar, muito mais do que uma mera aliança eleitoral, um grande pacto político, uma grande coalizão de classes em torno de algumas idéias-força. E ao acontecer esse fato, sua candidatura deixa de depender diretamente tanto do êxito do plano".

Naturalmente, esse êxito, verificado, sem o uso de qualquer congelamento, através da redução da inflação, de 50% ao mês

em junho para uma taxa inferior a 2% em agosto, se forem eliminados dos índices os restos da inflação de junho, deu, como era esperado, um grande impulso à candidatura de Fernando Henrique. Mas, se observarmos bem a evolução das pesquisas eleitorais, perceberemos que antes do Plano Real já vinha ocorrendo uma clara subida do candidato social-democrata nas preferências populares. O Plano Real não é, portanto, a única causa do enorme apoio que vai acumulando Fernando Henrique.

A outra causa fundamental foi Fernando Henrique ter sabido identificar-se com um movimento mais profundo da sociedade brasileira – com a sensação de que o pior da crise brasileira já passou –, e que é novamente justificável um otimismo básico em relação às perspectivas do país.

Fernando Henrique vem insistindo nesta idéia. O Brasil passou por grandes reformas nestes últimos dez anos, e agora surge uma oportunidade real de um novo salto em direção ao desenvolvimento. Dentro desse quadro, deixou de fazer sentido uma mensagem não crítica e ideológica como a do PT, que insiste em ver neoliberalismo em toda parte, que não percebe as reformas que já ocorreram no Estado e na própria sociedade, e que pretende tudo reformar de alto a baixo.

É claro que ainda existe muito a mudar e a corrigir no país. Mas muito também já foi alcançado, inclusive no nível societal. O *impeachment* de Collor e a CPI do Orçamento mostraram que a ética na política tornou-se um requisito básico. Já não se aceitam mais candidatos corruptos. A CPI do Orçamento foi também um severo julgamento do fisiologismo. Também não se aceitam candidatos meramente populistas. Lula escapava a essas duas críticas, mas não escapou do pessimismo e de um certo radicalismo, que também haviam perdido sentido.

Diferente foi o caso de Fernando Henrique. Graças às suas qualidades pessoais, à perspectiva sempre positiva que deu à sua mensagem, e ao grande arco de alianças que tratou desde o início de montar, ele conseguiu identificar-se com esse movimento otimista da sociedade. Movimento que agora poderá se transformar na grande

A causa fundamental de nossos problemas é a crise do Estado

coalizão de classes orientadas para o desenvolvimento, de que tanto sente falta a sociedade brasileira.

Um país como o Brasil, onde as desigualdades sociais são tão profundas, não logra uma efetiva governabilidade enquanto não conta com um pacto político amplo e informal orientado para o desenvolvimento. Nos países desenvolvidos, onde a coesão social é muito maior, basta o contrato social básico – o contrato social dos filósofos contratualistas – para legitimar o Estado e seu governo. Quando, entretanto, a heterogeneidade social é radical, como ocorre no Brasil, o governo e as classes dirigentes precisam se associar com os trabalhadores através de uma idéia e de uma prática de desenvolvimento econômico. Para isto, é necessário que o próprio desenvolvimento seja retomado, e que a sociedade perceba a existência efetiva de uma estratégia voltada para ele.

No Brasil estamos afinal caminhando na direção de um grande pacto informal em torno do desenvolvimento. As democracias se consolidam quando a sociedade se torna suficientemente homogênea, de forma a não permitir alternativas radicais nas eleições. É por isso que nas democracias dos países desenvolvidos existe um centro político forte de forma que as diferenças de posição ideológica e programática dos candidatos são relativamente pequenas. No Brasil ainda existe espaço para diferenças maiores. O movimento em relação ao centro que todos os candidatos tiveram que fazer, entretanto, mostra que esse espaço é menor do que se pensa. Por outro lado, a tendência para um grande acordo nacional em torno do futuro presidente da República é um fato alvissareiro que é preciso reconhecer, ao invés de se insistir em contradições ideológicas que, embora reais, são exageradas senão equivocadas. ■